

/ PALAVRA DO LEITOR

Investimentos no RS

Uma resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tornou mais complexo o prosseguimento do projeto do data center da empresa Scala Data Centers em Eldorado do Sul (Jornal do Comércio, edição de 20/05/2026). O projeto de R\$ 3 bilhões, com estimativa no futuro de chegar a R\$ 500 bilhões, não é para o Rio Grande do Sul. Essas cifras astronômicas assustam quando é solicitada uma garantia de R\$ 77 milhões. (Sérgio Tostes de Escobar, produtor rural, por e-mail)



Aniversário do JC

Parabenizo o Jornal do Comércio por seus 93 anos de tantos serviços prestados ao Rio Grande do Sul, contribuindo não apenas com informação de qualidade, mas sobretudo como um indutor do desenvolvimento do nosso Estado. Um trabalho qualificado que faz a diferença para toda a sociedade. (Henri Chazan, presidente do Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre)

Aniversário do JC II

O arroz está na base da alimentação brasileira, e o Rio Grande do Sul está na base da produção nacional. O Jornal do Comércio entende esse peso – e há 93 anos ajuda a dar visibilidade séria à economia que sustenta o País. É uma parceria que o setor orizícola reconhece, valoriza e celebra com orgulho. Parabéns por essa brilhante história! (Renato Franzner, presidente da Abiarroz)

Aniversário do JC III

É com alegria que registro minhas felicitações pelo aniversário do JC, desejando um ano de muita saúde, paz e sucesso. (Claudio Lamachia, Lamachia & Advogados Associados)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é "Artigo" ou "Palavra do Leitor". Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

Aos anunciantes e agências de publicidade

Alteração de horário de fechamento

Face ao feriado de Corpus Christi em 04 de junho de 2026, a edição do dia 04 será conjunta com a do dia 03 de junho, com o fechamento comercial às 17h do dia 02 de junho.

A edição do dia 05 de junho de 2026 circulará normalmente, com o fechamento comercial às 17h do dia 03 de junho.

/ ARTIGOS

Quando a proteção falha, a violência vence

Nicole Weber Covatti

O Rio Grande do Sul vive um momento que não pode mais ser tratado com normalidade. A cada caso de feminicídio, o que vemos são histórias interrompidas, famílias destruídas e crianças que crescem marcadas pela ausência e pelo trauma. Cada mulher assassinada carrega sinais de uma violência que, muitas vezes, já havia sido anunciada.

A escalada dos casos no nosso Estado expõe uma realidade dura: estamos falhando na proteção de quem mais precisa. Em 2025, foram 80 feminicídios consumados e 258 tentativas. Em 2026, os primeiros meses já indicam um crescimento alarmante. Em três meses, o Estado soma 27 assassinatos de mulheres. Isso não pode ser tratado como um episódio isolado. É um padrão que exige reação imediata.

A violência contra a mulher tem raízes profundas. Passa por uma cultura ainda marcada pelo machismo, pelo ciclo de abusos dentro de casa, pelo uso excessivo de álcool, por questões psicológicas e pela ausência de acompanhamento adequado. Mas reconhecer as causas não pode servir de desculpa para a inércia. Pelo contrário: exige ação firme, coordenada e contínua. É aqui que entra a responsabilidade do poder público.

Não podemos aceitar que, em um Estado com 497 municípios, a grande maioria ainda não tenha estrutura adequada para acolher e proteger mulheres em situação de violência. Não é admissível que, em quatro anos, apenas uma nova Delegacia da Mulher tenha sido criada. Isso revela um problema cla-

ro de prioridade.

A mulher que denuncia precisa de proteção real. Precisa de resposta rápida. Não é aceitável que uma mulher peça ajuda e continue vivendo com medo. Por isso, defendo uma medida clara. O agressor com medida protetiva precisa ser preso no ato. Não podemos continuar confiando apenas em decisões no papel enquanto vidas seguem em risco. Quando uma mulher decide denunciar, ela já venceu uma barreira enorme. O mínimo que o Estado deve fazer é garantir que essa coragem não custe a sua vida.

Não podemos naturalizar a violência. Não podemos nos acostumar com a perda. E, principalmente, não podemos aceitar que mulheres continuem morrendo mesmo depois de pedir socorro. Combater a violência contra a mulher exige coragem para dizer o óbvio: o sistema precisa mudar. Exige firmeza para cobrar resultados. Exige compromisso permanente com a vida. Porque, no fim, não estamos falando de números. Estamos falando de mães, filhas, amigas. Estamos falando de vidas que poderiam – e deveriam – ter sido salvas.

Vereadora e procuradora da Mulher de Santa Cruz do Sul

Não podemos continuar confiando em decisões no papel enquanto vidas seguem em risco

Maio e os direitos da enfermagem

Thiago Moyses

Maio é um mês simbólico para a enfermagem. Entre homenagens, campanhas e datas que reconhecem quem dedica a vida ao cuidado, existe uma realidade que não pode ser esquecida: não há valorização verdadeira sem garantia de direitos.

A enfermagem sustenta silenciosamente o funcionamento da saúde brasileira. Está presente nas madrugadas dos hospitais, nas emergências, nas UTIs, nos postos de saúde e nos momentos mais delicados da vida de milhares de famílias. Mesmo assim, muitos profissionais ainda convivem com jornadas exaustivas, adoecimento emocional, sobrecarga e estruturas insuficientes de trabalho.

Celebrar a enfermagem sem enfrentar essas questões transforma reconhecimento em discurso vazio. O aplauso precisa vir acompanhado de medidas concretas que garantam proteção, segurança e dignidade para quem sustenta diariamente o sistema de saúde.

Nos últimos anos, a categoria passou a ocu-

par espaço mais firme no debate público. O piso salarial trouxe uma discussão importante sobre valorização profissional, mas ainda existem desafios urgentes: equipes reduzidas, ambientes inseguros, pausas desrespeitadas, pressão psicológica constante e crescimento dos casos de assédio moral e adoecimento mental relacionados ao trabalho.

Nesse cenário, a luta pela aprovação da PEC 19/2024 segue mobilizando profissionais em todo o País. A proposta busca estabelecer o piso salarial da enfermagem com base em uma jornada de 36 horas semanais e garantir reajustes anuais. O debate vai além da remuneração. Trata-se do reconhecimento concreto de uma categoria que enfrenta desgaste físico e emocional há décadas.

A defesa desses direitos não é apenas uma pauta trabalhista. É uma questão de saúde pública. Um profissional exausto e sem condições adequadas de atuação inevitavelmente impacta toda a assistência prestada à população.

Não basta publicar homenagens simbólicas. É preciso garantir condições reais para que enfermeiros, técnicos e auxiliares possam exercer sua profissão com dignidade, segurança e respeito.

Valorizar a enfermagem não pode ser apenas um gesto de calendário. Precisa ser compromisso permanente.

Advogado trabalhista